

GÊNERO

Projeto de Gênero e Política na América Latina | Sexuality Policy Watch

O Observatório de Sexualidade e Política (SPW) publicou uma série de Estudos Políticos Anti-Gênero na América Latina. **A coleção inclui nove estudos de caso nacionais sobre ofensivas anti-gênero na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Paraguai, Uruguai, uma análise da presença e efeito dessas formações nos debates da Organização do American States (OEA) e um artigo que resgata a longa genealogia do conservadorismo religioso que, desde a década de 1990, tem incentivado campanhas contra o gênero no mundo.** As publicações são trabalho dos pesquisadores Maximiliano Campana (Argentina), **Sonia Corrêa e Isabela Kaliil (Brasil)**, Franklin Gil Hernández (Colômbia), Jaime Barrientos Delgado (Chile), Gabriela Arguedas Ramírez (Costa Rica e “Ideologia de Gênero”, o “pós-secular”, o fundamentalismo pentecostal e o neo-integracionismo católico), María Amelia Viteri (Equador), Gloria Careaga e Luz Elena Aranda (México), Clyde Soto e Lilian Soto (Paraguai), Lilián Abracinskas, Santiago Puyol, Stefanie Kreher e Nicolás Iglesias (Uruguai) e Mirta Moragas (Organização dos Estados Americanos). Confira coleção de publicações na íntegra [aqui](#).

Justiça de SP torna obrigatória a inclusão de identidade de gênero e orientação sexual em boletins de ocorrência no estado | ConJur

Com base no princípio da dignidade humana, a 15ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de São Paulo determinou, em tutela provisória, que a Fazenda Pública estadual inclua campos para identidade gênero e orientação sexual em formulários de delegacias especializadas de defesa da mulher. **A ação civil pública ajuizada pela Defensoria Pública estadual apontava falta de atendimento humanizado a mulheres transexuais e travestis nessas delegacias.** Os sistemas de dados de registro digital de ocorrência (RDO), boletins de ocorrência (BO) e informações criminais (Infocrim) não possuem campos com opções adequadas para essas cidadãs e não permitem a filtragem por nome social. O juiz Enio Jose Hauffe observou que o Estado estaria deixando de cumprir diretriz da Resolução nº 11/2014 da Presidência da República e da Secretaria de Direitos Humanos, que fixou parâmetros para inclusão dos campos apropriados em boletins de ocorrência das autoridades policiais. O magistrado ainda considerou a necessidade de promoção do bem a todos, sem formas de preconceito ou discriminação. Ele apontou informação de que o Brasil é o país no mundo em que mais se mata travestis e transexuais. Segundo ele, as políticas públicas ainda não são suficientes para o combate efetivo da intolerância. Leia [aqui](#) a decisão.

VIDA

Maioria nos Estados Unidos se opõe a financiar aborto com impostos, revela pesquisa | ACI

Uma nova pesquisa divulgada na quarta (27), revelou que a **maioria dos norte-americanos se opõe ao uso de seus impostos para financiar abortos no país ou no exterior.** A pesquisa foi realizada pela Ordem dos Cavaleiros de Colombo junto com o apoio da Marist Poll, a pesquisa nacional de opinião pública operada pelo Marist Institute for Public Opinion del Marist College de Nova York. O Cavaleiro Supremo dos Cavaleiros de Colombo, Carl Anderson, indicou em um comunicado que “em meio às duras divisões políticas em nosso país, claras maiorias bipartidárias apoiam as restrições ao aborto e não querem que o dinheiro de seus impostos pague o aborto no exterior”. **“Nossas pesquisas demonstraram consistentemente ao longo da última década que as políticas que promovem o aborto pago pelos contribuintes são controversas e estão fora de sintonia com a opinião pública norte-americana”, acrescentou.** De acordo com a pesquisa, a grande maioria (77%) indicou que se “opõe” ou “se opõe veementemente” ao uso de impostos para pagar procedimentos de aborto em todo o mundo. Apenas 19% dos pesquisados apoiavam o financiamento público do aborto no exterior. Além disso, revelou que a maioria dos norte-americanos é a favor de importantes restrições ao aborto. Mais de três quartos dos entrevistados (76%) indicaram que desejam que o aborto seja proibido ou limitado aos primeiros três meses de gravidez, no máximo. Enquanto isso, uma maioria menor (58%) dos entrevistados se opôs ao aborto financiado pelos contribuintes nos Estados Unidos. **Uma disposição “contrária à razão, que viola a dignidade humana e é incompatível com o ensinamento católico”.** Os bispos dos Estados Unidos [expressam](#) com essas palavras sua firme oposição à nova ordem executiva assinada pelo

presidente Joe Biden, que permite o envio de fundos financiados pelos contribuintes para organizações que promovem e realizam abortos em países em desenvolvimento. Bispos [respondem](#) à hipocrisia de Biden: 'Pare de financiar abortos ou pare de alegar ser católico'.

[Tailândia aprova legalização do aborto até o primeiro trimestre de gestação](#) | Universa

A Tailândia é mais um país a legislar a favor da descriminalização ou legalização do aborto. O parlamento do país aprovou a alteração de uma lei para autorizar o procedimento até as 12 semanas de gestação. Após esse período, o aborto só é permitido em caso de estupro, risco à vida ou à saúde da mulher e problemas de formação do feto. A partir de agora, se o procedimento for realizado sem que a mulher esteja em uma dessas situações, pode ser punida com até seis meses de prisão. Organizações pelos direitos humanos e das mulheres criticaram a lei por não descriminalizar totalmente o aborto. "Para nós, esta lei não é uma evolução real", disse Matcha Phorn-in, diretora executiva da Sangsan Anakot Yawachon, ONG de proteção às mulheres na Tailândia, ao jornal "The New York Times". "A lei continuará a negar a muitas grávidas o direito de fazer suas próprias escolhas sobre a continuidade da gravidez", afirma Heather Barr codiretora interina da área de direitos das mulheres da Humans Right Watch, em artigo publicado no site da organização. A votação no parlamento foi realizada na segunda (25) e teve o apoio de 166 senadores, contra sete contrários. A aprovação da emenda segue uma decisão do Tribunal Constitucional, órgão supremo do judiciário do país, que determinou a alteração na lei em fevereiro de 2020, afirmando que a criminalização do aborto era inconstitucional.

[Como as leis do aborto promovem uma eugenia silenciosa na Europa](#) | Gazeta do Povo

No último dia 27, sob protestos de grupos feministas, entrou em vigor na Polônia uma decisão do Tribunal Constitucional do país proibindo o aborto em casos de doenças graves ou má formação do feto. Com a promulgação da nova decisão, a Polónia passa a ser o único país europeu com mais de 1 milhão de habitantes a restringir o aborto nessas situações. **Antes, a lei polonesa permitia a realização de aborto quando houvesse "deficiência grave e irreversível ou doença incurável" que ameaçasse a vida da criança. Poloneses pró-vida alegavam que essa lei era, na prática, um tipo de eugenia.** Quando a norma foi declarada inconstitucional, em outubro do ano passado, a própria presidente do Tribunal Constitucional, Julia Przyłębska, fez essa comparação entre a eugenia e a lei do aborto. O governo polonês, que defendeu o veredito do tribunal, dizia que o objetivo da decisão era evitar o "aborto eugênico". Jerzy Kwasniewski, presidente do grupo de juristas poloneses Ordo Iuris, que defende causas pró-vida, disse que a decisão "era uma avanço" e removia o "aborto puramente eugênico" da lei polonesa. Estabelecer um vínculo entre as leis do aborto e a prática da eugenia pode parecer um exagero retórico. **No entanto, números divulgados recentemente sobre o extermínio de crianças deficientes em gestação nos países europeus mostram que, de fato, há uma seleção genética em curso. Aborto reduz nascimento de crianças com síndrome de Down em 54% na Europa, afirma estudo.** Continue a leitura do artigo [aqui](#).

[EUA: Acadêmicos chamam a formar coalizão centrada na vida, família, religião e educação](#) | ACI

Um grupo de acadêmicos expressou a necessidade de que diferentes grupos conservadores formem uma coalizão centrada na vida, na família, na religião e na educação, bens que, consideram, são os mais importantes para conservar na sociedade. "É necessário um novo consenso e convidamos outras pessoas para trabalhar conosco para lhe dar forma. Se pudermos estabelecer os interlocutores de uma coalizão conservadora pós- [Donald] Trump, então poderemos começar o trabalho árduo de abordar as perguntas mais sérias que enfrentamos", indica uma carta assinada no domingo, 31 de janeiro, por um grupo de acadêmicos que trabalha com o Witherspoon Institute, uma organização sem fins lucrativos focada no raciocínio moral em uma sociedade livre. "Os conservadores podem discordar em muitas coisas, mas a discordância não que se deve evitar; na verdade, um desacordo real e produtivo é uma conquista", afirma a carta. No entanto, acrescenta que "entre os conservadores, há fragmentação e confusão". "Parte disso decorre das complexidades e intensos debates sobre o último governo, mas vai além do presidente [Donald] Trump, revelando a fragilidade das coalizões que definiram a direita durante a Guerra Fria e as suas consequências", continua a mensagem. "Quaisquer que sejam as nossas diferenças, todos os conservadores enfrentam ameaças semelhantes. Seríamos irresponsavelmente ingênuos ou lenientes em permitir que nossas disputas internas nos distraiam de nossas tarefas comuns", acrescentaram os

acadêmicos. Nesse sentido, identificam vários "elementos de nossa vida em comum" que são "centrais para o florescimento humano" e que acreditam que deveriam focar-se no discurso público.

Médicos usam 'objeção de consciência' para negar aborto na Argentina | CNN

Metade dos médicos de um hospital público na região da Grande Buenos Aires estão se negando a realizar o aborto em mulheres que chegam ao local solicitando o procedimento, respaldadas na Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVE, na sigla em Espanhol). O aborto foi legalizado no país no dia 30 de dezembro, depois da aprovação no Senado. **Os profissionais se valem de um mecanismo previsto na lei: a objeção de consciência (art. 11), que garante ao médico o direito de se negar a interromper a gravidez, se assim decidir.** A lei só obriga o profissional a seguir com o procedimento no caso de a vida da mãe estar em risco. Também está proibido de negar atendimento pós-aborto. A objeção de consciência é um conceito defendido em códigos de ética da medicina, que concede o direito a todo profissional de seguir princípios religiosos, morais ou éticos de sua consciência. No entanto, o mesmo art.11 da lei Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez é categórico ao afirmar que "a objeção de consciência institucional e/ou ideológica é proibida". Embora Juan Ciruzzi, diretor do hospital Alberto Antranik Eurnekian, que fica no município de Ezeiza, tenha garantido que seus funcionários estão tecnicamente prontos para realizar o procedimento, a realização do aborto tem encontrado forte oposição ética na equipe médica. "Entre os servidores da área de Ginecologia e Obstetrícia, que estão envolvidos nesses casos, há 50% que se declararam contra o procedimento", afirmou o diretor ao jornal argentino Clarín. O texto da Lei aponta que, caso a paciente não encontre atendimento no hospital, ela precisa ser encaminhada a outro centro de atendimento com urgência. "No entanto, se houver alguma complicação médica no processo de interrupção, como hemorragia ou infecção, os médicos são obrigados a cuidar", destacou Ciruzzi ao jornal argentino. **Uma juíza da província do Chaco, no norte da Argentina, [suspendeu, na quinta \(29\) a lei da interrupção voluntária da gravidez com uma liminar apresentada por um grupo conservador.](#)**

EDUCAÇÃO

"Nosso grande erro foi a demora em retomar as aulas", diz presidente do CNE | Gazeta do Povo

Ir na contramão da comunidade internacional e protelar a retomada das atividades presenciais em instituições de ensino trouxe ao Brasil inúmeros prejuízos, com tristes consequências a longo prazo. Segundo levantamento da Unesco, escolas ficaram fechadas no Brasil por pelo menos 40 semanas, média bem acima de outras nações. **Especialistas apontam que a postura adotada pelo Brasil é reflexo da baixa relevância atribuída à educação no país. Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Maria Helena Guimarães de Castro concorda com o diagnóstico.** Em entrevista à Gazeta do Povo, ela explica quais são os desdobramentos desse cenário e lembra que em maio e julho de 2020 o CNE já havia aprovado resoluções com orientações claras sobre reorganização de calendário e currículo, atividades remotas, além de outras diretrizes dadas pelo CNE e por conselhos estaduais. Segundo ela, havia expectativa de que as redes voltassem às aulas em agosto passado. Ainda assim, a grande maioria dos estados e municípios optou por protelar a retomada. "Espero que agora todos retomem as atividades presenciais, mesmo sabendo que vamos continuar convivendo com atividades remotas, turmas pequenas para evitar aglomeração, alunos com máscara, respeitando os cuidados sanitários. Eu sou absolutamente a favor da volta às aulas no estado de São Paulo, por exemplo", diz Maria Helena. **Na entrevista, ela também comenta assuntos como: o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), o protagonismo do MEC ao longo do último ano e o protocolo pedagógico ideal de volta às aulas.** Leia a entrevista na íntegra [aqui](#). **A pandemia causou um prejuízo incalculável à educação no Brasil. Para especialistas pela Gazeta do Povo, não há outra saída: é preciso que o Ministério da Educação (MEC) assuma seu papel de protagonista e articulador nacional, abandone o rótulo de incipiente e enfrente os desafios de 2021 com mais agilidade.** Confira [aqui](#) o artigo da Gazeta do Povo: **Escolas fechadas, falta de protagonismo e de qualidade: os desafios do MEC em 2021.**

POLÍTICA

Congresso reabre trabalhos com foco na pandemia e na pacificação institucional | Senado

O rito de abertura do 3º ano legislativo da 56ª legislatura começou com a recepção dos novos presidentes do [Senado Federal](#), Rodrigo Pacheco, e da [Câmara dos Deputados](#), Arthur Lira. Ambos foram eleitos na segunda (1º). O presidente da República, Jair Bolsonaro, também compareceu ao Congresso Nacional, em um gesto pela aproximação entre os Poderes. Mais cedo, ele havia se [reunido](#) com os chefes das duas Casas legislativas para discutir as prioridades para o país em 2021. A vacinação urgente de todos os brasileiros contra a covid-19 é um dos itens principais da pauta do Parlamento para o retorno regular das atividades e a recuperação da economia. Ao ler sua [mensagem](#) ao Congresso Nacional, o presidente **Jair Bolsonaro fez um pequeno balanço das atividades do seu governo e citou algumas das prioridades para este ano, como a PEC do Pacto Federativo, a revisão de subsídios, a reforma tributária, a independência do Banco Central e a reformulação do mercado de câmbio.** O presidente Jair Bolsonaro [afirmou](#) também que o **governo federal está pronto para conduzir o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 ao longo do ano de 2021.** O presidente da Câmara, Arthur Lira, [defendeu](#) nesta a harmonia entre os Três Poderes, além da superação de mágoas e antagonismos políticos como forma de garantir a segurança da população em suas necessidades urgentes e a votação de projetos importantes para a sociedade. No discurso para reabertura dos trabalhos legislativos, o presidente do Congresso Nacional, **Rodrigo Pacheco, defendeu** a "pacificação e conciliação entre as instituições" para que o país avance em uma pauta que priorize a saúde, o desenvolvimento social e o crescimento econômico. A defesa da democracia foi um dos principais pontos do pronunciamento do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, durante a cerimônia. No [pronunciamento](#), o ministro também lembrou os desafios enfrentados em 2020, com a pandemia de covid-19, e pediu harmonia entre os Poderes para enfrentar os desafios que ainda restam. Confira a **Mensagem ao Congresso Nacional 2021** na íntegra [aqui](#).

Bolsonaro não conseguirá cumprir promessas de Lira, diz Marcos Nobre | Congresso em Foco

O presidente Jair Bolsonaro saiu vitorioso com as eleições de Arthur Lira (PP-AL) e de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) às presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente. Mas o poder Executivo conseguirá atender e manter em sua base os 302 deputados federais e 57 senadores que apoiaram os candidatos pró-Bolsonaro no Congresso Nacional? Para o presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e professor da Universidade de Campinas (Unicamp) Marcos Nobre, a resposta é não. A partir de agora, a expectativa é que a base governista murche nas duas casas. Na Câmara, onde Lira foi eleito com um forte apoio de emendas do governo federal, poderá ocorrer o que o professor chamou de "um jogo de chantagem mútua" entre o alagoano e o capitão do Exército brasileiro. A vitória dos dois nomes pró-bolsonarismo nas casas, segundo Marcos Nobre, se deu por uma estratégia de criar dissidências não mais entre partidos, mas dentro de legendas estratégicas – o que prejudicou Baleia Rossi (MDB-SP), o candidato apoiado por Rodrigo Maia (DEM-RJ), desafeto do presidente. Com isso, nenhuma carta pode ainda ser descartada – caso do impeachment. "Na mesa o impeachment está. A questão é saber se ele é viável ou não", avaliou o professor e pesquisador, em conversa nesta terça (2) com o Congresso em Foco. Assista íntegra da entrevista [aqui](#).

"Para sabotar o governo, Maia não teve compaixão com quem mais precisa", diz Filipe Martins
| Brasil sem Medo

Rodrigo Maia, o sabotador da República. Filipe Martins, assessor especial do presidente Jair Bolsonaro, relembrou no Twitter a trajetória do deputado Rodrigo Maia como presidente da Câmara. Martins vai de encontro à imagem que Maia tem tentado vender, com ajuda da mídia, de que atuou em favor das grandes reformas. Ao contrário, o assessor classificou o deputado como um sabotador que lutou contra os brasileiros e que nem mesmo em meio à pandemia teve compaixão de quem mais precisava de ajuda. Leia o texto completo: 1. Em 2016, após a renúncia de Eduardo Cunha da Presidência da Câmara, **Rodrigo Maia inovou e articulou um tal de mandato tampão de Presidente da Câmara dos Deputados.** Ali, de modo legalmente duvidoso, Maia ocuparia pela primeira vez a presidência da Câmara. 2. A **primeira gestão de Maia como presidente da Câmara foi marcada pela sabotagem constante dos esforços de reconstrução**

do Brasil pós-impeachment, através de projetos pensados para minar o trabalho de Henrique Meirelles e que acabariam conhecidos como "bombas fiscais". 3. Hoje, boa parte dos mais de R\$ 300 bilhões em renúncias que agravam o déficit das contas públicas e inibem o poder de ação do governo federal possuem as digitais de Rodrigo Maia. Inacreditavelmente, a mídia tentava nos convencer de que ele defendia a responsabilidade fiscal. 4. Em 2017, ignorando a Constituição Federal (Art. 57, §4º) e o Regimento Interno da Câmara, **Maia se lança candidato e, assim, ocupa a Presidência da Câmara dos Deputados mais uma vez de forma legalmente questionável e dá seguimento à sabotagem da reconstrução do Brasil.** 5. Em 2019, contrariando novamente a Constituição Federal em seu Artigo 57, §4º, **Maia sustenta que reeleição para legislaturas diferentes não se encaixa no veto constitucional, o que é obviamente uma violação das regras do jogo, e se lança candidato outra vez.** Continue a leitura do artigo [aqui](#).

[Análise | Resposta a uma epidemia viral: Tratamento na fase inicial x Vacina e seu risco/benefício](#) | Conexão Política

À medida que a campanha de vacinação toma forma em vários países e governos tentam intensificar seus esforços, surgem relatos de efeitos colaterais que podem estar relacionados à vacina contra covid-19. Confira [análise](#) em vários países. O cardiologista e vice-presidente de medicina do Baylor University Medical Center, Prof. Peter McCullough, publicou um estudo que assume quatro pilares da resposta da saúde a uma epidemia viral: o controle do contágio por meio de várias medidas, como gestos de barreiras, tratamento na fase inicial, atendimento hospitalar e a vacina ou imunidade de grupo. Nos Estados Unidos, em outubro, sob a influência do senador Johnson, dos professores Peter McCullough e Harvey Risch, o médico Peter Kory testemunhou sob juramento perante a Comissão de Inquérito do Senado americano sobre o Tratamento em Estágio Inicial. Dr. Kory relembrou a base fundamental de uma resposta a uma epidemia viral com os 4 pilares acima mencionados no estudo. Segundo os doutores, a análise risco-benefício de cada decisão/tratamento deve ser feita no seu pilar de referência e em perspectiva em relação aos demais pilares. **De acordo com o relatório do Charlotte Lozier Institute, das principais vacinas para Covid-19 em uso no mundo, nenhuma delas possui métodos éticos no seu desenvolvimento. O Instituto publicou uma relação das farmacêuticas que utilizaram linhas celulares fetais, provenientes de abortos induzidos e adquiridas em países em que a prática é legalizada. Na lista, estão a Sinovac, Astra Zeneca, Pfizer e Sputnik, principais imunizantes negociados pelo mundo com o apoio da OMS. A rejeição a uma vacina contra o coronavírus cresceu 10 pontos percentuais em 15 dias e chegou a 21%, indica pesquisa** PoderData realizada de 1º a 3 de fevereiro de 2021. **No período, a proporção da população que pretende se imunizar caiu de 78% para 71%.**

[Itamaraty assumirá papel de Trump em agenda ultraconservadora, revela email](#) | Uol

O governo de Jair Bolsonaro irá assumir o papel de liderar a aliança internacional ultraconservadora, na ausência de Donald Trump. A informação faz parte de um email enviado a colaboradores por Valerie Huber, a pessoa escolhida pela Casa Branca no governo do presidente republicano para tratar de temas de saúde da mulher. Numa ordem executiva assinada pelo presidente Joe Biden na quinta (28), o novo governo dos Estados Unidos reverteu a política de Trump nesse setor e abandonou oficialmente a aliança que criou ao lado do Brasil para impedir que entidades internacionais e programas fizessem qualquer referência a direitos reprodutivos e sexuais. A coalizão ficou conhecida como Consenso de Genebra, reunindo principalmente governos de extrema-direita e ditaduras. "O Secretário de Estado e o secretário de Saúde, de forma apropriada, devem deixar de co-patrocinar a Declaração do Consenso de Genebra e notificar aos demais co-patrocinadores e signatários da retirada dos EUA", diz o texto de Biden. Num email de 20 de janeiro de 2021 obtido pela coluna, **Valerie Huber se despede dos demais colegas e "anuncia que o Brasil, gentilmente, ofereceu de servir agora como coordenador dessa coalizão histórica". "Países que desejam se unir à Declaração podem fazer isso contactando a embaixada do Brasil nos EUA, por mais detalhes", explicou.**

[Guarde-se do 'evangelho' pervertido!](#) | Conexão Política

Em 2019, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, mencionou que "os regimes totalitários distorceram e sequestraram o sentido original do conceito de nacionalismo". Segundo ele, "essa é uma tendência da esquerda: pega uma coisa, perverte e a transforma em uma coisa ruim". Ao ler essa informação, pensei no tempo e processo para se perverter uma sociedade. Isso, é claro,

não acontece da noite para o dia. É um processo diário e pode durar décadas, séculos. **Quem algum dia imaginou que temas como aborto, droga e homossexualidade tomariam o rumo e a visibilidade de discussão no Congresso Nacional? Tudo é inserido bem devagar, de modo intencional e progressivamente. Fazendo uma visão panorâmica do tempo, podemos constatar o quanto uma diversidade de narrativas pervertidas atuaram através da música, do cinema, do teatro, das novelas, até chegarem ao ponto desejado da inversão dos valores. Continue a leitura do artigo [aqui](#).**

Radicais do clima miram o Brasil | Revista Oeste

Frank Furedi – **A narrativa preponderante na mídia leva a crer que crimes contra a humanidade são a nova norma no país. O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, considera a divulgação de propaganda alarmista sobre a mudança climática uma obrigação religiosa. Ele está empenhado em usar as questões do aquecimento global para estabelecer sua autoridade moral.** Qualquer um que se oponha à cruzada radical da mudança climática é imediatamente colocado **em um papel maligno de negacionista ou criminoso climático. Em novembro do ano passado, Biden definiu seus planos de “identificar e constranger os fora da lei do clima e, durante o primeiro debate presidencial, deu sinais de que provavelmente um dos primeiros países a ser considerados criminosos será o Brasil.** Biden e seus amigos da mídia norte-americana estão ocupados criando uma narrativa de “salvador climático” para... Joe Biden. “Uma administração Biden pode ajudar a salvar a floresta amazônica?” é a manchete de um artigo da revista Time. De acordo com essa narrativa, é papel da força do bem — Biden e Washington — salvar a Amazônia e as pessoas do Brasil de seu governo maligno. Mas não só Biden e seu círculo estão com o Brasil na mira. O ecoimperialismo está interligado com grande número de organizações internacionais que consideram o Brasil o bad boy das Américas. Uma rede de grupo de defesa alarmista do clima está exigindo que o Tribunal Penal Internacional de Haia investigue o presidente Jair Bolsonaro pelo crime de ecocídio. William Bourdon, um advogado que vive em Paris, já enviou à Corte uma solicitação para análise preliminar. A demonização dos oponentes dos cruzados do clima levou a uma nova estratégia de tentar usar o direito internacional para criminalizá-los. O recém-inventado crime de ecocídio tem como objetivo conseguir criminalizar formas de comportamento que vão contra o consenso dos ativistas do clima. **Os novos cruzados estão trabalhando com políticos e advogados para fazer alterações no direito penal internacional. Seu objetivo é remendar uma definição legal de ecocídio que complemente outras infrações internacionais existentes como crimes contra a humanidade, crimes de guerra e genocídio.** Continue a leitura do artigo [aqui](#).

Cadastro Nacional de Organizações Religiosas: uma política de Estado | Gazeta do Povo

Conhecida é aquela história de que tudo depende da forma como vemos as coisas. Uns enxergam o copo sempre “meio vazio”, enquanto outros tendem a vê-lo “meio cheio”. Isso vale tanto para compras como leite condensado e chicletes quanto para cadastros de organizações religiosas que se interessem em colaborar com o poder público. Refiro-me à Portaria 21, de 21 de janeiro de 2021, que criou o “Cadastro Nacional das Organizações Religiosas no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos”, iniciativa da ministra Damarens Alves. Como diz o artigo 2.º do documento, os objetivos deste cadastro são: fomentar o diálogo do Estado com as organizações religiosas; contribuir para a construção de políticas públicas; possibilitar a formulação e defesa do direito de liberdade de religião, de crença, e de exercício de cultos; propiciar a identificação das violações de direitos em função do exercício de atividade religiosa ou de manifestação de crença; e criar base de dados sobre organizações religiosas que colaboram ou que estejam interessadas em colaborar com o atendimento de públicos vulneráveis e em forças-tarefa de socorro às vítimas de situações de emergência ou de calamidade pública. **Esta é a primeira vez em toda a história republicana que um governo federal assume a laicidade colaborativa no sentido prático de viabilizar a colaboração entre Estado e religiões. Vozes críticas enxergaram uma medida eleitoreira – tanto no contexto das eleições para a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, prevista para 1.º de fevereiro, quanto em antecipação à corrida eleitoral de 2022. Entendem que é uma manobra do presidente para tentar estancar a fuga de apoios e a mobilização em prol de um processo de impeachment.** Inclusive alguns lembram que, também nestes últimos dias, mais um pedido de abertura de processo de impedimento foi protocolado e assinado por diversos líderes religiosos, e que o timing seria para combater esta situação. Continue a leitura do artigo [aqui](#).

A imprensa está virando religião | Revista Oeste

J. R. Guzzo – O 'jornalismo de resistência' é uma missão, não um ofício: a verdade é aquilo que se decide nas redações, e nada mais. O resultado das eleições na Câmara dos Deputados e no Senado Federal é mais uma prova de que a mídia deste país que chama a si própria de “grande”, ou de “nacional”, ou coisa parecida, está se tornando um novo tipo de fenômeno — uma atividade que, definitivamente, não consegue mais operar de acordo com a sua natureza. É como um navio em que os tripulantes querem navegar terra adentro, e não mar fora. Meios de comunicação, pelo entendimento geral que se tem a respeito das suas funções, servem para dar ao público informação sobre as realidades que existem à sua volta — é por isso que as pessoas compram os seus serviços, e por nenhuma outra razão. Cada vez mais, porém, a mídia brasileira vem se mostrando incapaz de exercer a sua atividade natural. Em vez de transmitir fatos, passou a transmitir crenças; está se tornando uma religião, em que toda a energia se concentra em divulgar um evangelho no qual os comunicadores comunicam o que acham certo, virtuoso e obrigatório para a sociedade, e não o que está acontecendo. O resultado básico disso é que o público é apresentado, o tempo todo, a um mundo que não existe. Dizem que está acontecendo uma coisa e acontece outra — ou, frequentemente, acontece o contrário. Não é uma questão de ponto de vista; é algo que pode ser constatado com elementos que os advogados chamariam de “prova material”. O episódio da escolha dos novos presidentes da Câmara e Senado é a última comprovação objetiva dessa anomalia — um clássico, na verdade, em matéria de desinformação em estado puro. Há uns dois meses, desde que o assunto apareceu no noticiário, o público foi informado, do primeiro ao último minuto, sobre algo que simplesmente não estava acontecendo: uma disputa duríssima, dessas em que tudo pode acontecer, entre candidatos do governo e candidatos da oposição. Só que jamais existiu, no mundo dos fatos, disputa nenhuma, nem candidato nenhum da oposição — os únicos candidatos para valer, desde o começo, eram os do governo, e a única coisa que podia acontecer era a sua eleição. Continue a leitura do artigo [aqui](#). Em artigo publicado pelo Brasil sem Medo, Ovalo de Carvalho fala sobre: “A nova função da mídia”. Na mesma medida em que a autoridade da mídia cresce e sua confiabilidade diminui, sua função noticiosa cede lugar à difusão dos clichês e slogans a serviço da Nova Ordem Mundial. No curso das últimas décadas, a propriedade dos órgãos de mídia em todos os países concentrou-se nas mãos de uns poucos grupos mega bilionários, todos eles envolvidos até à goela no projeto da “Nova Ordem Mundial”, e com isso tais órgãos mudaram radicalmente de função no corpo da sociedade. Se antigamente eles existiam para informar e opinar, concorrendo uns com os outros no desempenho dessa dupla função e escorando a autoridade das suas opiniões na riqueza e variedade das seções informativas, com a concentração da propriedade a concorrência tornou-se inútil e até prejudicial. A antiga noção de “furo” praticamente desapareceu: o que sai num jornal (ou noticiário de rádio-TV) sai em todos. Continue a leitura do artigo [aqui](#).

ATIVISMO JUDICIAL

Judiciário de Bolso Cheio | Folha de S. Paulo/Piauí

Enquanto gera uma onda de desemprego recorde no país, a crise sanitária não provoca nem sequer uma marolinha no bolso de milhares de juizes brasileiros. Em 2020, quando a pandemia de Covid-19 eclodiu, magistrados de tribunais estaduais embolsaram, juntos, pelo menos 1,4 bilhão de reais em “penduricalhos” – ou melhor, em remunerações extras, que turbinaram o holerite costumeiro deles. Os dados estão publicados no portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Entre outras benesses, os “superfuncionários” receberam auxílio-saúde e auxílio-alimentação, indenização por férias não tiradas, ajudas de custo ou gratificação pelo exercício cumulativo de atividades. O rendimento anual líquido (já com impostos descontados) de um único juiz de Uberlândia (MG), por exemplo, ultrapassou 1 milhão de reais. O montante se revelou quase quatro vezes maior do que tudo que ele faturaria se contasse apenas com seu salário habitual, de aproximadamente 33 mil reais. Por causa dos “penduricalhos”, que somaram mais de 700 mil reais, o magistrado teve um ganho mensal superior ao teto constitucional do funcionalismo público, que hoje é de 39,3 mil reais. “É um problema sistêmico, não individual. Algumas categorias de servidores públicos utilizam sua autonomia orçamentária e gerencial para aumentar os benefícios corporativistas”, explica Rubens Glezer, doutor em teoria do direito e professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. A Piauí identificou cerca de 10 mil juizes no Brasil que, em 2020, receberam pelo menos uma parcela mensal de seus rendimentos líquidos acima do limite

constitucional. Destes, aproximadamente novecentos, ativos ou inativos, ganharam mais do que o teto em todos os meses mencionados no site do CNJ – 54% deles pertencem ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais. São os próprios tribunais que fornecem os dados salariais para a plataforma do conselho. Em 2020, nenhum passou informações que abarcavam o ano inteiro. Todos deixaram um ou mais meses de fora.

IGREJA

Uma fundação pontifícia utiliza o Papa Francisco para difundir ideologia de gênero? | ACI

A fundação pontifícia Scholas Occurrentes, que considera o Papa Francisco como fundamental para o seu funcionamento, teria usado a figura e a reputação do Santo Padre para divulgar o material de doutrinação sobre a ideologia de gênero para crianças em pelo menos uma dezena de países da América Latina. Desde 2015, com o emblema de Scholas Occurrentes, a coleção de livros "Com Francisco ao meu lado" é publicada em conjunto com jornais da Argentina, México, Espanha, Colômbia, Equador, Guatemala, El Salvador, Peru, Nicarágua e Bolívia, incluindo entre as suas páginas conceitos de ideologia de gênero. Entre as páginas da coleção está o conto dirigido às crianças intitulado "Soy un perro!" (Sou um cachorro, tradução livre ao português), que apresenta a história do esforço de um "gatinho branco baixinho e corajoso" que queria ser reconhecido publicamente como um cão. No final da história dirigida às crianças, o gato faz com que os cachorros o reconheçam como um deles graças à defesa de um burro que se identifica como cavalo. Ao explicar a história "para pais e educadores", Scholas afirma que "nossa imagem e sentido de nós mesmos se desenvolve ao longo de nossas vidas". Continue a leitura do artigo [aqui](#). **A Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) incluiu no texto-base da Campanha da Fraternidade 2021, o "movimento LGBTQI+" e as "questões de gênero".** Todos os anos a CNBB aproveita o período da quaresma, que deveria ser de reflexão pela morte e ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo, para impor aos fiéis pautas defendidas pelos globalistas, como por exemplo as mudanças climáticas, louvores à "mãe terra", "políticas públicas" e "relações sociais de classe, gênero e raça". Continue [aqui](#) a leitura do artigo sobre a CNBB inclui LGBTQI+ no texto-base da Campanha da Fraternidade 2021.